

A representação do estado patriarcal no livro *O martelo* de Adelaide Ivánova

The Representation of the Patriarchal State in O martelo by Adelaide Ivánova

Autoria: Manuella Bezerra de Melo Martins

 <https://orcid.org/0000-0003-1197-3716>

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2021.181326>

URL do artigo: <http://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/181326>

Recebido em: 26/01/2021. Aprovado em: 25/06/2021.

Opiniões – Revista dos Alunos de Literatura Brasileira

São Paulo, Ano 10, n. 18, jan.-jul., 2021.

E-ISSN: 2525-8133

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

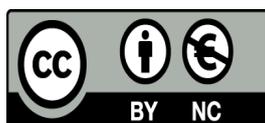
Universidade de São Paulo.

Website: <http://www.revistas.usp.br/opiniaes>.  fb.com/opiniaes

Como citar (ABNT)

MARTINS, Manuella Bezerra de Melo. A representação do estado patriarcal no livro *O martelo* de Adelaide Ivánova. *Opiniões*, São Paulo, n. 18, p. 448-465, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2021.181326>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/opiniaes/article/view/181326>.

Licença Creative Commons (CC) de atribuição (BY) não-comercial (NC)



Os licenciados têm o direito de copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, conquanto que deem créditos devidos ao autor ou licenciador, na maneira especificada por estes e que sejam para fins não-comerciais

a representação do estado patriarcal no livro *O Martelo* de adelaide ivánova

The Representation of the Patriarchal State in *O Martelo* by Adelaide Ivánova

Manuella Bezerra de Melo¹

Universidade do Minho – Uminho

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-8133.opiniaes.2021.181326>

¹ É mestre em Teoria da Literatura e Literaturas Lusófonas e bolsista pela Fundação para Ciência e Tecnologia de Portugal (FCT) no Programa Doutoral em Modernidades Comparadas; Literaturas, artes e culturas da Universidade do Minho (Uminho), em Portugal. E-mail: manuellabmm@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1197-3716>.

Resumo

Historicamente utilizado como referência às sociedades pré-capitalistas, o Patriarcado e suas conceituações teóricas ganharam novos contornos na contemporaneidade. Atualmente, os estudos feministas, apesar de não darem uma resposta horizontal quanto à sua aplicação (justamente devido a sua heterogeneidade), fundamentam-se na ideia primordial que as estruturas sociais seguem, ainda no agora, a viver sob as heranças destes códigos engendrados culturalmente no seio do sistema capitalista enquanto expressão máxima da sua operação. Um paradigma, capaz de organizar e moldar o pensamento social pela ideologia dominante por um tão longo período onde seu conteúdo fundamental se naturalizou, perdeu de vista sua origem histórica e isentou-se de quaisquer questionamentos. A partir desta premissa, e a luz das cartografias desenvolvidas pelos estudos feministas, este presente artigo pretende dissecar a representação do patriarcado e seu modo operativo presente no livro *O martelo*, da poeta brasileira radicada em Berlim, Adelaide Ivánova, publicado no Brasil pelas Edições Garupa em 2017, e antes disto, em 2015, em Portugal pela Douda Correria, e destacado vencedor do Prêmio Rio de Literatura em 2018.

Palavras-chave

Patriarcado. Feminismo. Poesia. Literatura brasileira. Literatura contemporânea.

Abstract

Historically used as a reference to pre-capitalist societies, Patriarchate and its theoretical concepts have gained new outlines in contemporary times. Currently, feminist studies, despite not giving a horizontal answer to their application (precisely due to their heterogeneity), are based on the primordial idea that social structures continue, even now, to live under the inheritance of these culturally engendered codes within the capitalist system as the maximum expression of its operation. A paradigm, capable of organizing and shaping social thought by the dominant ideology for such a long period where its fundamental content became natural, lost sight of its historical origin and exempted itself from any questions. Based on this premise, and in the light of the cartographies developed by feminist studies, this article aims to dissect the representation of patriarchy and its operating mode present in the book *O martelo*, by the Brazilian poet based in Berlin, Adelaide Ivánova, published in Brazil by Edições Garupa in 2017, and before that, in 2015, in Portugal by Douda Correria, and outstanding winner of the Rio Literature Award in 2018.

Keywords

Patriarchy. Feminism. Poetry. Brazilian Literature. Contemporary Literature.

introdução

Partindo do próprio significado da palavra, *Patriarcado* na sua etimologia conjuga o sufixo *ado* para substantivar o prefixo *Patriarca*, do grego antigo *πατριάρχης*, sendo assim *πατήρ* (pai) somado a *αρχή* (primeiro, máximo). É uma palavra considerada muito antiga, que ganhou sentidos principalmente no século XIX e, posteriormente, em meados de 1970, segundo o *Dicionário crítico do feminismo* de Christine Delphy (2009), que explica os primórdios desta simbologia a partir das concepções eclesásticas:

[...] antes do século XIX e da aparição de um sentido ligado a organização global da sociedade, o patriarcado e os patriarcas designavam os dignatários da igreja, seguindo o uso dos autores, por exemplo, na Igreja Ortodoxa, na expressão patriarca de Constantinopla (DELPHY, 2009, p.173).

O conceito, assim como suas repercussões aplicadas às condições de vida das mulheres, passou por transformações na sua forma de expressão que foram refletidas na sua aplicação teórica sempre a partir das considerações quanto às alterações dos marcos históricos. E por isso mesmo, tornou-se também linha de tensão entre as mais diversas orientações existentes no campo dos estudos feministas em todo o mundo. A noção Weberiana, por exemplo, que olhava o patriarcado enquanto uma “forma de organização social em que o pai, o chefe de família, exerce seu poder sobre os demais membros da família ou da comunidade em que vive” (AGUIAR, 2015), repercutiu na obra de pensadores como Jean Jacques Rousseau e John Locke, dentre outros, que citaram o termo a partir das observações de regimes políticos, como a monarquia, designando ao Rei a condição de patriarca maior ou a representação de Deus enquanto estado-nação, considerando inclusive a força que exercia a religião e as estruturas da igreja no seio da monarquia.

Nesta noção, o patriarcado é considerado mais como um modo de dominação tradicional cuja associação dominante é de caráter comunitário, com um senhor que ordena e súditos e servos que obedecem, formando um círculo de confiança com base nos vínculos de lealdade feudais ao senhor em questão, cujo direito se dá através do reconhecimento deste estatuto vitalício. Esta concepção durou até a transformação absoluta das relações sociais com a Revolução Industrial e a afirmação do modo de produção capitalista abrindo um novo momento da história. Nessa fase, teóricos do liberalismo apropriaram-se de tal noção para antagonizá-la às sociedades modernas, onde defendiam ter o indivíduo a propriedade de si mesmo, com escolhas próprias e discernimento.

As teorias desenvolvidas pelos estudos feministas refutaram esta hipótese consensualmente, já que após a Revolução Industrial, o patriarcado teria tomado de expressão no modo de produção capitalista e se acomodado nas sociedades contemporâneas, servindo ao sistema como operador destas opressões e condutor do papel subalternizado das mulheres, tal e qual no tempo monárquico, com novas facetas, mas sem abandonar o caráter que lhe sustenta, a opressão às mulheres. E

ainda com toda a heterogeneidade quanto à definição do conceito, abraçaram-se na convergência de que a tese de inexistência de uma ordem patriarcal nas sociedades capitalistas pudesse se sustentar. Ao contrário disto, os estudos feministas iluminaram as condições de vida das mulheres na contemporaneidade no seio das sociedades modernas para comprovar que contavam nestas teorias liberais a tentativa engenhosa de mascarar a legitimação dessa dominação masculina através de expressões como o controle da sua sexualidade e vida reprodutiva por parte da sociedade e até do próprio Estado, violência masculina, disparidade salarial e precarização do trabalho – remunerado ou não –, desemprego, entre outras questões.

A publicação e popularização de *O segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, em 1949, foi um marco para estes estudos, servindo como grande influência para críticas que viriam a posteriori, principalmente na década de 60, com especial importância para o esforço da crítica feminista em integrá-lo em meio aos estudos literários a partir do ganho de força deste feminismo insurgido também enquanto estrutura de organização social. Em vistas à diversidade em que o conceito de Patriarcado tem sido tratado pelas teóricas dos estudos feministas no decorrer das últimas décadas, este artigo não pretende se aprofundar nas divergências quanto a sua aplicação, pelo contrário, usará como base a convergência das que defendem a necessidade da continuidade de sua utilização nos dias de hoje, tanto para compreensão de estruturas opressivas modernas quanto como um paradigma às urgências de ser abandonado.

Para melhor compreensão da noção de patriarcado que trataremos aqui, sugiro, portanto, um resgate das concepções fundadoras do Patriarcado nas suas bases eclesíásticas da antiga Constantinopla, citada nesta introdução, onde o patriarca legitimado pela Igreja rege sua força de poder em nome de Deus. Numa releitura simples, que articula este formato primordial às estruturas sociais da modernidade, podemos considerar uma operação de sentido siamês, equivalente naquilo que rege o caráter de organização sistêmica que assume certa forma fantasmagórica equivalente ao ‘Deus’, que não tem uma face específica, nem corpo, como nos modos monárquicos estudados por Weber e outros, mas têm regimentos claros a serem cumpridos, regimentos estes diluídos e empregados em todas as esferas da vida da mulher; seja pública, pela ação direta do Estado e das suas normas e preceitos, seja na privada, sob os códigos civis que regem até mesmo a condição doméstica e, ainda, as relações de trabalho, como explica Saffioti: “[...]Configura-se num tipo hierárquico de relação que invade todos os espaços da sociedade, tem uma base material, corporifica-se, por fim, representando uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência” (SAFFIOTI, 2004).

Esta noção comentada por Saffioti, que ‘invade todos os espaços da sociedade’, é a mais importante para compreensão da representação do Sistema Patriarcal nos poemas de *O martelo*, de Adelaide Ivánova. Neles, é possível assistir como este sistema se expressa em forma de machismo enquanto instrumento de manutenção do poder hegemônico através de seus ‘sacerdotes’, que operam em seu nome. Ouso, aqui, usar a figura dos sacerdotes como uma metáfora alusiva à noção eclesíástica já explicada, primordial para percepção desta presença onipresente do Estado patriarcal e suas relações de poder hierarquizadas sobre as mulheres tanto

hoje quanto nos primórdios dos séculos, ainda que com táticas modernas mais diversas.

Para este desenvolvimento, é necessário considerar também a presença de Gramsci como base dos conhecimentos sobre opressões e disputas no campo simbólico, articulado implicitamente como base do conhecimento nos discursos dos estudos feministas para compreensão da articulação do sistema patriarcal na modernidade. A concepção gramsciana sobre hegemonia considera justamente esse impacto da dominação ideológica a partir da atuação de um Estado Ampliado, conceito que trata do Estado como instrumento de força revestido de consenso a serviço desta classe dominante, que demonstra seu poder em todas as esferas, capaz de unir aparatos de repressão e sociedade civil. O que ele chama de coerção ideológica é, por exemplo, a ação desta ideologia no aparelho do estado, capaz de condicionar classes oprimidas, a atuarem como defensoras desse sistema que a elas oprime. Na prática, trata sobre o monopólio do poder cultural das classes dominantes agindo institucionalmente para legitimação desta ideologia dominante.

Noções enciclopédicas. A opinião pública. O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, criar preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. História da ‘opinião pública’: naturalmente, elementos de opinião pública sempre existiram, mesmo nas satrapias asiáticas; mas a opinião pública como hoje se entende nasceu às vésperas da queda dos Estados absolutistas, isto é, no período de luta da nova classe burguesa pela hegemonia política e pela conquista do poder. A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica (GRAMSCI, 2007, p. 265)

Sobre a ideologia que possibilita o fortalecimento desta estrutura opressiva patriarcal como algo estabelecido ou natural, ou seja, inevitável, pode-se considerar a contribuição que deu István Mészáros em ‘O poder da ideologia’, onde explica que a ordem dominante necessitaria aplicar para si mesma os critérios radicalmente diferentes dos aplicados àqueles que devem ser mantidos em sua posição subordinada:

Assim, os defensores intelectuais do status quo e guardiões neutros de sua ortodoxia ideológica podem falsear suas autoconfiantes declarações de fé em suas próprias ideias

combinadas com ataques violentos aos seus adversários como um conhecimento científico indiscutível, sem se preocupar em apresentar, em favor de suas declarações, nenhuma comprovação extraída das teorias rejeitadas (MESZÁROS, 2004, p.60).

O filósofo e psicanalista Slavoj Žižek trabalha o conceito de ideologia enquanto aspecto cínico da sociedade capitalista (ŽIŽEK, 1992, p. 59). O autor vai além das noções desenvolvidas pelos estudos marxianos através da obra *A Ideologia Alemã*, que foca nas ideias de um tempo enquanto ideias da classe dominante deste tempo (MARX, 2007), e adiciona concepções de Hegel e Lacan para pensar os aspectos até psicanalíticos da subjetividade do senso comum ao ser confrontada com esta ofensiva ideológica, a do patriarcado, por exemplo, que é aquela com a qual estamos tratando neste trabalho. Esta ofensiva teria, portanto, um papel eminente na construção dos significados, levando a uma conformação imaginativa até mesmo as classes oprimidas, que acaba por refugiar-se e acomodar-se nas ideias estabelecidas.

[...] a ideologia que é dominante em nossa sociedade seria uma falsa consciência, uma errônea visão sobre como as coisas realmente funcionam e, portanto, uma falsa realidade que não nos permite ver por de trás do palco o que realmente acontece, garantindo que a dominação do capital se perpetue; evidentemente o sujeito que assiste a mágica não pode perceber o truque sendo realizado, pois isso desmancharia a ilusão criada e tudo entraria em colapso (ŽIŽEK, 1996, p. 38).

Com estas questões trabalhadas, seguimos agora aos poemas de *O martelo* para demonstrar como é possível utilizar a linguagem para uma compreensão maior da operação do patriarcado nas sociedades capitalistas modernas e, mais amplamente, como a poesia nos conecta com maior inteligibilidade ao presente histórico, quando sua relação circunstancial de reflexão dos tempos é ampliada para além dos acontecimentos e torna-se um olhar em perspectiva.

o martelo

O martelo foi publicado no Brasil pelas Edições Garupa em 2017, e antes disto, em 2015, em Portugal pela independente Douda Correria. O livro foi vencedor do Prêmio Rio de Literatura 2018, considerado importante, credível e prestigiado dentro do sistema literário brasileiro. No entanto, torna-se importante justamente por motivos que extrapolam a busca por legitimação e pela potência de contra cânone que nele existe. Adelaide Ivánova é pernambucana, de uma família de agricultores do interior. O estado está situado na região nordeste do Brasil, localidade onde historicamente escritores são invisibilizados em detrimento do destaque de autores do eixo sul e sudeste do país. A afirmação não é especulativa. A pesquisa divulgada no livro *Literatura Brasileira Contemporânea – Um Território*

Contestado (Editora Horizonte/Editora UERJ), da professora Regina Dalcastagné, que coordenou uma investigação durante 14 anos através do Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea da Universidade de Brasília, revela que os autores, na maioria, homens (72,7%), vivem no Rio de Janeiro e em São Paulo (47,3% e 21,2%, respectivamente), dois dos principais polos econômicos.

Para além de seu lugar no mundo, faz parte de uma novíssima geração de poetisas brasileiras formadas no solo da quarta vaga do feminismo nacional, que tem a produção conectada a ciclo histórico de ascensão e queda da estabilidade democrática. Nascida em 1982, vivenciou a normalidade democrática trazida pela Constituição Cidadã, em 1988, após longos anos de uma Ditadura Militar que não viveu. Entre publicação e prêmio, presenciou a ascensão da lógica fascista que culminou no Golpe Parlamentar que depôs a ex-presidenta Dilma Rousseff da presidência da República em 2016 e, por fim, na vitória de Jair Bolsonaro para o cargo de maior importância do país em 2018, fato que legitimou institucionalmente os discursos que punham em cheque o direito à existência das minorias sociais brasileiras, dentre elas negros, indígenas, pessoas da comunidade LGBTQIA+, ativistas de Direitos Humanos e, obviamente, mulheres.

Esta contextualização importa para elucidar *O martelo* enquanto uma obra escrita por uma poeta de seu tempo; tempo este cuja naturalização da ofensiva patriarcal vem por meio da legitimação recorrente do próprio Estado, através de seu representante máximo, com declarações misóginas saídas da sua própria boca (a exemplo da que fez contra a então Deputada Federal Maria do Rosário (PT) ao dizer que “Ela não merece ser estuprada porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero”), tendo como uma das consequências o assustador crescimento das estatísticas oficiais de violência contra mulher, entre estupros e feminicídios, que já eram duras, mas que ganharam seu maior porta-voz. Mas, importa também percebermos como *O martelo* é uma obra atemporal, capaz de tratar sobre os diálogos do patriarcado no seio das sociedades modernas, e como é o mesmo patriarcado que oprime secularmente. E não somente a coleção de declarações com objetivo de subalternizar ainda mais a condição da mulher no país, o próprio Jair Bolsonaro e seus filhos levam consigo esta carga de significados construídos para sustentar a representação deste padrão a ser seguido (retornando aqui à concepção gramsciana), abusando de códigos afirmadores daquilo que é socialmente vinculado à masculinidade, como a violência, a militarização, o desleixo, alguns esportes, as balas, entre outros; todos como construção de uma epistemologia do masculino, uma ideologia estabelecida sob o impacto da dominação que apresenta o particular como universal, o Patriarcado.

Antes mesmo de começar a ler *O martelo*, é no ato de pegar o livro onde se inicia a experiência literária. A capa solta folículos de tinta vermelha, levando o leitor a ter as mãos sujas daquilo que, mais adiante, com a leitura, vai perceber que simboliza sangue de mulher. A obra é separada em parte I e parte II e para elas, a autora cria duas vozes distintas. Na parte I, são 16 poemas cuja voz é da mulher estuprada, e neste caso, estuprada tem tanto a simbologia da violação efetiva e física quanto da invasão emocional por violências com outros contornos ou sentidos. Na II, a voz muda para a mulher casada em outros 16 poemas, aqui esta voz também tem variáveis que transpassam pelos papéis sociais, ou prisões sociais estabelecidas

a uma mulher em matrimônio. As duas vozes são entrelaçadas na ideia de uma mulher igualmente criminosa, condenável, aquela que assume sua sexualidade e aquela que é invadida e ferida, ambas sem distinção por parte do julgo social, que passam por situações variadas cuja convergência será confrontar-se com o sistema patriarcal em todas elas por meio daquilo que, metaforicamente, chamamos de seus ‘sacerdotes’ na introdução deste trabalho, que representam essa presença onipresente e suas relações de poder hierarquizadas sobre as mulheres.

Para este trabalho, elegi quatro poemas, sendo que três deles são uma seqüência da primeira parte e um da segunda. Os primeiros três estão abaixo

o gato

a delegada não me levou a sério
em nada e perguntou escorregadia
se eu queria mesmo que se
instaurasse inquérito vestia um
conjuntinho maravilhoso e
horroroso calça e camisa
jeans com jeans
depois ao ler o processo
a delegada me fez lembrar de janus
o rei romano com duas caras e
do gato com duas caras que
morreu aos 15 anos
uma raridade um gato assim viver tanto
já a delegada segue viva de conjuntinho
jeans com janus.

(IVANOVA, 2017, p.11)

A voz poética transporta o leitor junto com ela para uma delegacia num texto corrido de uma estrofe com 15 versos livres. Aqui, o sistema patriarcal é representado pela delegada, que com sacerdócio, empreende força em dificultar o caminho de uma mulher que, na seqüência, vamos perceber que foi violada. A presença dessa força sistêmica se fortalece na comparação que faz a Janus, rei romano com duas caras, ou seja, que agia conforme sua conveniência, assim como o gato de duas caras, que dá o nome ao poema. Há um inquérito a ser instaurado, mesmo que a delegada desencoraje nossa voz poética violada, marcando a presença da burocracia como ponto de força na engrenagem que a poeta questiona. A voz observa e narra a vestimenta da delegada, simbolizando a importância da aparência e do padrão estético hegemônico na vestimenta enquanto elemento fortalecedor deste sistema patriarcal, enquanto parte dos códigos previamente estabelecidos.

a porca

a escritã é uma pessoa
 e está curiosa como são
 curiosas as pessoas
 pergunta-me por que bebi
 tanto não respondi, mas sei
 que a gente bebe pra morrer
 sem ter que morrer muito
 pergunta-me por que não
 gritei já que não estava
 amordaçada não respondi, mas sei
 que já se nasce com a mordaca
 a escritã de camisa branca
 engomada
 é excelente funcionária e
 datilógrafa me lembra muito
 uma música
 um animal não lembro qual.
 (IVANOVA, 2017, p 12)

Dentro da sequência eleita, este é o mais autônomo dos poemas de Adelaide. Quando lido conjuntamente aos demais é possível encontrar toda coerência de estar onde está, mas, se lido solto, mantém a mesma força pelo poder simbólico que traz. Aqui a escritã é a peça na engrenagem do sistema patriarcal, a ‘sacerdotisa’ que opera em seu nome. Em uma estrofe com dezessete versos, esta é mais uma fase que a voz poética da mulher violada terá que ultrapassar, quase como uma nova cena de um filme que acontece em recorrência criada a partir desta linguagem visual. Ela já enfrentou a delegada, que lhe desencorajou e desacreditou, mas, mesmo assim, abriu o inquérito. Agora é a vez da escritã, a mulher que vai afrontar e culpar nossa voz poética pelo fato de ter sido estuprada com as perguntas ouvidas sucessivamente pelas mulheres reais: ‘porque bebeu tanto’ é a forma indireta de perguntar que merece ser violada porque bebeu, ‘porque não gritou’ é a forma indireta de dizer que se você não gritou é porque consentiu. A voz poética está em silêncio no poema, não responde às perguntas, mas é no silêncio que ela encontra o enfrentamento necessário ao desconforto de enfrentar a situação descrita. O verso ‘que a gente bebe pra morrer/ sem ter que morrer muito’ remete a uma angústia social seguido por ‘não respondi, mas sei/ que já se nasce com a mordaca’ numa referência à estrutura patriarcal da sociedade que condiciona o comportamento feminino ao silêncio, mansidão, doçura e obediência, um lugar onde não cabe portar-se mal, questionar um homem, um lugar onde a escritã verbaliza que queria que a voz violada tivesse gritado, mas julgaria da mesma forma se ela assim o tivesse feito. Outra vez a voz observa a vestimenta de quem lhe dá atendimento, da escritã que é excelente funcionária e datilógrafa, bem vestida e engomada, absolutamente adequada àquilo que espera o sistema de alguém que

opera em seu nome. Por fim, compara a escritã a um animal, que diz não lembrar, mas está bem no título do poema: a porca, popularmente usado como metáfora para sujeira, imundice, que aqui significa o asco.

Em *Gênero, patriarcado e violência* (2004), a socióloga Heleieth Saffioti explica que o patriarcado atua de forma direta pelos interesses da classe dominante, que garante sua base tanto material quanto social explicitamente a partir da divisão sexual do trabalho, utilizando-se da ferramenta ideológica enquanto mecanismo automatizado de controle e subordinação das mulheres, o que possibilita a compreensão da cumplicidade de mulheres como ‘a escritã’ e ‘a advogada’ que operam em nome do próprio sistema que também as oprime.

[...] pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres... aliás, imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, as mulheres desempenham com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças e adolescentes, segundo a lei do pai, Ainda que não sejam cúmplices desse regime, trabalham para alimentá-lo (SAFFIOTI, 2004, p. 101-102)

o urubu

corpo de delito é
a expressão usada
para os casos de
infração em que há -
no local - marcas do evento
infracional -
fazendo do corpo
um lugar e de delito -
um adjetivo – o exame
consiste em ver e ser
visto - (festas também
consistem disso)

deitada numa maca com
quatro médicos ao meu redor -
conversando ao mesmo tempo
sobre mucosas - a greve -
a falta de copos descartáveis -
e decidindo diante de minhas pernas
abertas se depois do
expediente iam todos pro bar -
o doutor do instituto
de medicina legal escreveu seu laudo

sem olhar pra minha cara -
e falando no celular

eu e o doutor temos um corpo -
e pelo menos outra coisa em comum: -
adoramos telefonar e ir pro bar -
o doutor é uma pessoa -
lida com mortos e mulheres vivas -
(que ele chama de peças) -
com coisas.
(IVANOVA, 2017, p.13)

Neste poema, mais um obstáculo deverá ser ultrapassado pela voz poética violada. O leitor é levado a mais uma cena, como quem acompanha os passos desta mulher. Aqui, num poema de três estrofes com 12, 12 e 7 versos, a representação do Sistema Patriarcal é o médico, mas não apenas um médico, e sim quatro de uma só vez, os quatro sacerdotes deste poema. A nossa voz acaba de ser violada por um homem e terá de enfrentar quatro homens de pernas abertas enquanto é examinada e, enquanto isto acontece, eles estão a falar banalidades sobre copos descartáveis e o bar depois do expediente. A burocracia está mais uma vez representada na presença do exame de corpo de delito enquanto uma barreira recorrente e a voz aborda através de uma luz linguística do significado, construindo uma ironia a partir disto. São vários os médicos, mas há um destacável, chamado de doutor, como uma eleição irônica de como gostam de serem chamados os médicos, é uma figura sem humanidade e grotesca, quase monstruosa, que cumpre um papel protocolar ao examinar uma mulher violada. Escreve o laudo (parecer) sem nem mesmo olhar sua paciente. O médico representa a indiferença do sistema com a violência sofrida pelas mulheres, a desumanização e a solidão de uma mulher violada tratada como uma coisa, uma peça. Não por outro motivo, a metáfora eleita pela autora no título é urubu, um animal de aspecto desagradável, sujo, que se alimenta de restos mortais em putrefação, exatamente como se sentia nossa voz poética.

A desumanização absoluta da mulher é clara neste poema. Não bastasse ter sido violada, a voz poética passa por uma segunda violação de seu corpo, como alguém que porta um corpo que não lhe pertence, em contraposição ao corpo do doutor legista, que obtém sua propriedade e autonomia. Seu corpo foi ocupado a primeira vez e agora é novamente ocupado, como é ocupado um território. Sobre o corpo como um território, cabe aqui falar de colonialidades de gênero e feminismo decolonial enquanto um caminho para reclamar este corpo ocupado “e inferir que, tal como o espaço geográfico, os termos “descoberta”, “conquista” e dominação também se fazem presentes na reflexão acerca dos corpos femininos enquanto território colonizado, o que explicita ainda mais a relação íntima existente entre o colonialismo e a opressão de gênero” (SANTANA, 2019); que evidencia a superposição existente entre a violência colonial e a violência patriarcal.

É como se o poder colonial fosse somado ao poder patriarcal; a violência sexual em particular aparece como fundamental para entendermos a violência colonial em geral. O corpo feminino pode ser pensado como o primeiro “território” a ser conquistado e ocupado pelo colonizador (homem, branco, cristão, europeu e heterossexual). Nas mais diversas situações de conflitualidades violentas, a vulnerabilidade do corpo feminino é acentuada: desde as conquistas coloniais, às guerras civis e interestatais, às ocupações e intervenções militares. Imperialismo, colonialismo e guerras foram, em geral, empreitadas masculinas e masculinizadas. Nesses contextos, a violação do corpo feminino por homens colonizadores, militarizados ou armados, do lado “amigo” ao “inimigo”, repete-se histórica e violentamente. (BALLESTRIN, 2017, p.7).

O poema abaixo é da Parte II, cuja voz poética assimila a dimensão da mulher casada, com variáveis que transitam entre o adultério e as distintas relações de opressão de um matrimônio.

a mulher casada

sento-me
em círculo
conforme
o evento
engulo
o vinho
deposito no
cantinho
caroços
de azeitonas
controlo
o período fértil
finjo-me
cadastrada
carteirinha
de vacinada
belo
animal doméstico
celebro
banalidades
participo
da conversa
volto pra casa

de carona
e muda
tenho na cabeça
coisinhas
sexo
biquíni
navalhas
viagens
as azeitonas
os guardanapos
os óvulos
canela amêndoas
ursos polares.
(IVANOVA, 2017, p.34)

Neste poema, a voz transporta o leitor até um tipo de evento social. São descritas de modo indireto e pontuadas pequenas situações simbólicas de alguém que está determinado a cumprir o protocolo. A criação da imagem pela linguagem é o recurso chave desta leitura. Assim como na parte I, o sistema também está presente, mas diferente dos anteriores, não está nomeado nem burocratizado em uma função. Aqui, o sistema está em todo lado, na festa, na etiqueta a ser cumprida, no caroco da azeitona embrulhado no guardanapo (como fazem as boas moças), no controle social fragmentado ao longo do que sugere progressivamente o texto. Na medida em que segue o poema, a voz é adestrada, sente-se adestrada, sabe que é adestrada, permanece adestrada, controla seus impulsos e desejos, vivencia e desfruta das frivolidades da rotina conduzida a ser um ‘animal doméstico’ diante de seu meio. Aqui, a mulher torna-se sua própria sacerdotisa do sistema patriarcal através da autodomesticação. É uma mulher adulta, já foi suficientemente formatada para o cumprimento do seu papel na perfeição. Esta voz deixa uma dúvida no ar, um retorno de carona em meio a ovulação, um fim com ursos polares, que pode fazer pensar ser um idioleto para referir-se a uma possível traição, mas que fica no ar, como uma Capitu, emblemática personagem de *Dom Casmurro*, do Machado de Assis, cuja traição do marido nunca se comprovou. A desconfiança aumenta em conformidade ao título ‘Mulher Casada’, mexendo com o imaginário do leitor que é levado a reproduzir o julgo social e conduz diretamente a ela a traição ainda que isto não esteja claro. Aqui, uma hipótese de traição também pode significar uma pequena subversão desta mulher, um momento para soltar-se das correntes ainda que saiba que vai recolocá-las mais adiante.

Vimos nos dois primeiros poemas o sistema patriarcal representado por mulheres, sacerdotisas que agem em seu nome, à luz de Gramsci e seu conceito de Estado Ampliado. Neste poema último, a *mulher casada*, o que muda é que há uma relação entre a opressão e a subjetividade, que alcança o corpo e a mente de uma mulher em forma de domesticação e disciplina no cumprimento de seu papel social na família, que nesta metáfora é um lugar de culto sagrado deste sacerdócio, uma representação menor e nuclear da totalidade. Nele, o homem, o marido, exerce o

poder patriarcal que lhe é atribuído socialmente, e ela, a mulher, segue as regras numa reprodução eminente dos códigos que o estruturam num engendramento em grau absoluto.

Para o feminismo o corpo é ele próprio uma entidade politicamente inscrita, sendo a sua fisiologia e morfologia moldada e marcada por práticas históricas de condicionamento e controle – desde o enfaixamento dos pés ao uso dos corpetes, à violação e aos espancamentos, à heterossexualidade compulsiva, à esterilização forçada, à gravidez não desejada (...) ao tráfico explícito (BORDO, 1993, p.188-189)

O filósofo Michael Foucault defende no conjunto de sua obra que a estrutura do sistema produz esses corpos dóceis e obedientes que apenas se deixam instruir. Nessa perspectiva, esses corpos seguiriam sistematicamente os planos designados por meio da execução do poder disciplinar, que *objetifica* os indivíduos e objetiva “adestrar” as “multidões confusas e inúteis de corpos”. A disciplina é um conceito importante no desenvolvimento da teoria do teórico francês. Para ele, uma técnica que implica vigilância constante dos indivíduos, cujo fim é ser instrumentalizado pelo poder, para docilizar o indivíduo, “fazendo-o um corpo útil e fabricando-o do ponto de vista social, econômico e político, e assim produzir mais, para gerar mais lucros, de forma que homens e mulheres não se revoltam contra o Estado” (FOUCAULT, 2009, p. 164). Enquanto aceitavam suas condições subalternas, portanto,

[...] mantendo-se no lugar que lhes fora socialmente oferecido, cumpriam a lei em voga, a verdade construída de acordo com as necessidades do poder, do sistema econômico vigente ideologicamente mobilizado para sustentar relações de dominação, isso porque o poder precisa da produção de discursos de verdade. (FOUCAULT, 1979, p.180).

A opressão de gênero é um norte da poesia de Adelaide Ivánova nos poemas de *O martelo*. Ela demonstra o cinismo (do qual falava Žižek) e a sordidez das grandes e pequenas situações pela qual a mulher é obrigada a passar na sociedade, abusa de animalização nas metáforas, utiliza de comparação, aposta numa linguagem coloquial irônica através de versos livres, sem pontuação nem erudição. Mas um elemento tão ou mais importante que especificamente o gênero e do foco na mulher nesta obra é a representação do Sistema Patriarcal, responsável por mover esta estrutura (inclusive suas articulações através de seus símbolos) é o elemento que faz a autora ultrapassar o rótulo de ser uma poeta que escreve para mulheres. Em cada poema, é identificável esta simbologia, e assim Adelaide Ivánova remonta uma maquete do funcionamento deste sistema numa sociedade capitalista moderna através da epidermização naqueles que o compõem; a escritora, a delegada, o médico, o inquirido, as vestimentas, os caroços de azeitona, o grupo de ajuda, o

juiz; a máquina inteira social articulada de modo que garanta a manutenção da violência histórica e as humilhações cotidianas desta mulher. Mas nada disso é feito em linguagem direta. É a voz poética que nos conta seu fluxo de pensamentos, gera um jogo psicológico com o leitor e permite adentrar na sua cabeça, sentir suas emoções e passar pelos seus constrangimentos até que, afinal, o leitor conclui que para pensar em construir relações de gêneros justas será preciso redesenhar um outro modelo de sociedade a partir da sua raiz, será preciso um novo sistema que não este o qual a voz se confronta em tantas instâncias.

No documentário “O guia pervertido da ideologia” (2018), Slavoj Žižek trata da ideologia como um solo de subjetivação, onde seria nossa própria estrutura a proporcionar a estrutura psíquica, que seria pré-moldada para receber a edificação do consciente. Por esta ótica, para quebrar o velho paradigma patriarcal e substituí-lo, seria necessária uma desconstrução e, em seguida, uma nova construção da subjetividade. Neste caso, *O martelo*, de Adelaide Ivánova, demarca sua posição para semear esta nova subjetividade, tanto pela própria obra quanto enquanto poeta; “que assume condição de ‘dupla transgressão’, por um lado infringindo a norma do silêncio cultural, e, simultaneamente, ousando buscar a expressão própria na poesia, a linguagem mais enfaticamente negada às mulheres, a forma mais concentrada de linguagem simbólica” (KAPLAN, 2005).

referências bibliográficas

AGUIAR, Neuma. Patriarcado. In : FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth (Org.). *Dicionário Feminino da infâmia*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Oswaldo Cruz, 2015.

BALLESTRIN, Luciana. Os Feminismos Subalternos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2017, p. 1.038. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/42560/35157>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BORDO, Susan. Feminism, Foucault and the Politics of the Body. In : Ramazanoglu, Caroline (Ed.), *Up Against Foucault: Explorations of Some Tensions Between Foucault and Feminist*. London and New York: Routledge, 1993.

DALCASTAGNÉ, Regina. *Literatura Contemporânea Brasileira, um território contestado*. São Paulo: Brasiliense, 2017.

DELPHY, Cristine. Patriarcado (Teorias do). In: HIRATA, Helena [et al] (Orgs). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*, v. 3. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IVÁNOVA, Adelaide. *O martelo*. Rio de Janeiro: Garupa Edições, 2017.

KAPLAN, Caren. Sea Changes: Essays on Culture and Feminism. London, Verso. In : MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa (Orgs.) *Dicionário da crítica feminista*. Porto: Afrontamento, 2005. (Dicionários 1).

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, Ivan. *O poder da ideologia*. Tradução de Paulo Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTANA, JACKELINE CAIXETA. Estupro, conjugalidade e corpos. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/28430/1/EstuproConjugalidadeCorpos.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2020.

THE PERVERT'S Guide to Ideology. Direção de Sophie Fiennes. Produção de Sophie Fiennes, Katie Holly, Martin Rosenbaum & James Wilson. Los Angeles (EUA), Londres (Reino Unido): Zeitgeist Films, 2012, DVD/ Blu-ray/ On demand.

ŽIŽEK, Slavoj. *Eles Não Sabem o que Fazem: O sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

ŽIŽEK, Slavoj. *Um Mapa da Ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Contraponto, 1996.